



União entrega terreno

No dia 2 deste mês, a União formalizou entrega de terreno para construção da sede própria da Procuradoria da Justiça Militar de Curitiba. A solenidade aconteceu no órgão de Patrimônio da União, no Paraná. O gerente regional Dinarte Antonio Vaz assinou o termo de cessão da área de 1.200 m² com a Procuradora-Geral do Ministério Público Militar, Marisa Cauduro. Acompanharam o ato a Procuradora Cláudia Rocha Lamas e os Promotores Antonio Batista e Rejane Barbosa.

O lote fica na rua Lange de Morretes, Jardim Alvorada, sendo mais uma conquista relevante da atual gestão. “Essa é uma vitória importante. É a transformação de um sonho em realidade, poder oferecer em um futuro bem próximo melhores instalações a todos que contribuem para o bom êxito da Justiça Militar de Curitiba. É com orgulho que venho participar dessa aquisição, fruto de trabalho



Marisa Cauduro, Batista, Rejane, Cláudia e Dinarte.

e empenho de todos, e principalmente da Procuradora Cláudia”, avalia a Procuradora-Geral Marisa Cauduro.

A edificação terá como vizinhos a Auditoria da 5ª CJM, o Cindacta II e o aeroporto do Bacacheri.



Detalhe: Entrega do termo de cessão

PGJM promove conferência internacional



Eugênio Aragão, Joachim Wolf, Marisa Cauduro, Sven Peterke, Sandra Cureau

Os acontecimentos de 11 de setembro do ano passado deram nova dimensão ao Di cto Internacional dos Conflitos Armados e em especial ao Direito Internacional Humanitário. Várias questões surgem a partir da declaração dos Estados Unidos em estado de guerra e do desenvolvimento de planos para uma “guerra contra o terrorismo”. Preocupados com essa nova ordem, o Ministério Público Militar-MPM em conjunto com o Instituto Brasileiro de

Direito Militar e Humanitário-IBDMH e com a Escola Superior do Ministério Público da União-ESMPU promoveram, em agosto (7) deste ano, no auditório da PGJM, conferência proferida por Sven Peterke, sobre o tema “Direito Internacional Humanitário e Terrorismo” e participando dos debates o PHD Joachim Wolf, um dos diretores do Instituto de Pesquisa e desenvolvimento e questões políticas.

O conferencista alemão é pesquisador do Instituto de Direito Internacional da Paz e dos Conflitos Armados, da Universidade Ruhr, de Bochum-Alemanha, e em sua explanação ofereceu algumas soluções a questionamentos como: quais ações de autodefesa são permitidas pelo direito internacional dos conflitos armados no seu estágio atual, quais são os novos conceitos de conflito armado, como classificar terroristas, etc.

Além disso, destaca-se a importância da temática, no momento em que o Conselho de Segurança da ONU, ao adotar a Resolução 1368, já em 12 de setembro passado, reconheceu ser aplicável ao contexto dos atentados terroristas o conceito de autodefesa previsto no artigo 51 da Carta das Nações Unidas. Com isso, teve-se como legítimo o uso da força armada pelos Estados Unidos para afastar o risco de ações terroristas.

A palestra, ação de política institucional, visa estimular a cooperação e integração com a ESMPU, o IBDMH, juristas civis e militares, e provocar a difusão do assunto .



Ministério Público Militar ingressa no CNPGJB

Gramado/RS. Em agosto (1º), foi aprovado, por decisão unânime, o ingresso do Ministério Público Militar - MPM no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil - CNPGJB. Isso significa que, a partir de agora, o representante do MPM tem direito a voto e a ser votado nas reuniões do Colegiado, deixando a condição de membro visitante, cuja participação se mantinha dessa forma desde 1996. “Essa efetivação é de grande valor para nós, porque promove interação com os chefes dos Ministérios Públicos, por possuímos objetivos comuns, idênticas aspirações e a mesma configuração constitucional”, analisa Marisa Cauduro, Procuradora-Geral do MPM.

A reunião que aprovou o MPM como novo membro, presidida por Cláudio Barros Silva, chefe do MP gaúcho, elegeu também o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça para a gestão 2002-2003, Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais.

A partir de agora, o CNPGJB conta com espaço certo para suas reuniões que antes aconteciam em hotéis e auditórios alugados. É que o MPM ofereceu as suas instalações para sediar os encontros do Conselho em Brasília. Além disso, foi disponibilizada uma sala no prédio da PGJM para o apoio de secretaria.

Reunião de Corregedores-Gerais do MP



Da esquerda para direita: Pedro Steil, Cláudio Barros, Guiomar Rechia, Anadyr de Mendonça, Geraldo Brindeiro, Marisa Cauduro, Péricles Aurélio, Eduardo Sabo e Edmar Jorge.

Em junho passado (26 a 28) o Ministério Público Militar - MPM sediou, em Brasília, o 29º Encontro do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais dos Estados e da União. A procuradora-geral, Marisa Cauduro, recebeu pessoalmente na cerimônia de abertura ministros, diversas autoridades civis e militares, destacando-se a presença da Ministra de Estado Chefe da Controladoria-Geral União, Anadyr de Mendonça Rodrigues que proferiu palestra com o tema: “Controladoria-Geral da União - Atualidades e Perspectivas”, do Procurador-Geral da República Geraldo Brindeiro, dos Procuradores-Gerais, dos Corregedores-Gerais e dos representantes dos Ministérios Públicos da União.

Outro destaque do encontro foi a palestra “Da improbidade administrativa praticada por membro do MP - atribuições para investigá-la”, apresentada por Amarílio Tadeu de Almeida, Corregedor-Geral do

MPDFT, realizada no Hotel Parthenon.

A comitiva, integrada pelos participantes desse encontro, realizou visitas à Presidência e a Corregedoria do Senado Federal; às instalações, já em fase final, da futura sede da Procuradoria-Geral da República, na Avenida das Nações; e ao Supremo Tribunal Federal, recepcionada respectivamente pelos Senadores Ramez Tebet e Romeu Tuma, Corregedora-Geral Yedda de Lourdes Pereira e Ministro do STF Marco Aurélio.

O 29º Encontro foi organizado pelos Corregedores-Gerais: Amarílio Tadeu de Almeida, do MPDFT; Heloísa Rego Pires, do MPT, Péricles Queiroz, do MPM e Yedda Pereira, do MPF. Os eventos contaram ainda com o apoio e patrocínio da Associação Nacional do MPM, da Associação do MPDFT, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT e do Banco do Brasil - Agência Tribunais.



Curtinhas

Em agosto (14) a TV Justiça entrevistou a Procuradora-Geral Marisa Cauduro que falou, dentre vários assuntos, sobre a importância da Instituição no contexto brasileiro, a respeito dos órgãos e sua atuação, e atribuições dos cargos da carreira.



Em agosto (12), o Ministério Público Militar - MPM e a Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU sortearam três vagas, entre membros de primeira instância, para o *I Seminário Internacional sobre Gerenciamento de Crises*, que aconteceu na ABIN (11 e 12/09). O sorteio foi na Procuradoria Geral da Justiça Militar - PGJM, na presença da Procuradora-Geral, do representante da ESMPU Nelson Senra, do Corregedor-Geral Péricles Queiroz, e das Subprocuradoras-Gerais da Justiça Militar Rita Laport e Solange Ferreira. Os contemplados foram os Promotores **Irabeni Oliveira** e **Adriano Marreiros**, de Campo Grande e Recife, e o procurador **Antonio Antero dos Santos**, de São Paulo.



No dia 5 de agosto a Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU e o Ministério Público Militar - MPM sortearam duas vagas para o *96º. Internacional Military Course on the Law of Armed Conflict*, que está sendo realizado em San Remo, na Itália, de 16 a 27 de setembro. Os agraciados são o Procurador da PJM de Brasília **Giovanni Rattacaso** e a Promotora de Justiça da PJM de Bagé **Helena Mercês Claret da Mota**.

Dirigentes do MP em Gramado

No mês passado (2/8) reuniram-se em Gramado o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça - CNPGJ, o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNCGMP, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP e o Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP. Na pauta assuntos como: a reforma do Poder Judiciário e do Ministério Público; foro especial; reforma da legislação Processual Penal, Penal e Especial; Lei de Responsabilidade Fiscal; vencimentos da magistratura e Ministério Público Federal; ações contra membros do Ministério Público; Escola Nacional e assuntos gerais. Além da sessão conjunta, os participantes tiveram as reuniões setoriais de seus grupos.

As deliberações do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União resultaram na *Carta de Gramado* que: registra o interesse em promover esforços para que as atividades de orientação e fiscalização das Corregedorias-Gerais consolidem o Ministério Público para a defesa da ordem jurídica e da democracia; revela a preocupação sobre a demanda imotivada de

ações judiciais contra o MP e seus integrantes; propõe que se colha informações sobre os processos judiciais motivados por atos atribuídos ao Ministério Público e seus Membros visando a apreciação uniforme da matéria; aprova moção de solidariedade ao MP de Rondônia face à inconstitucionalidade da emenda 26/02 à Constituição.

Na discussão da pauta do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - CNPGJ também participaram os Corregedores-Gerais e presidentes das Associações e Escolas Superiores do Ministério Público de quase todo país. Dentre os assuntos discutidos destaca-se o Projeto de Lei do deputado André Benassi, do PSDB, que restaura o foro privilegiado para autoridades públicas como o Presidente da República, Ministros, Parlamentares, Governadores, Prefeitos. Na opinião do Presidente do Conselho, Cláudio Barros Silva, "o substitutivo, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, é um golpe contra a cidadania e o Ministério Público não pode aceitar decisões como essa".

Simultaneamente aos eventos de Gramado, acontecia em Canela-RS o VII Congresso Estadual do MPRGS, com o tema "O Ministério Público e a Paz Social", reunindo cerca de 2 mil participantes.

Ministério Público da União
Ministério Público Militar
Procuradoria-Geral da Justiça Militar

Marisa Terezinha Cauduro da Silva
Procuradora-Geral da Justiça Militar

Edmar Jorge de Almeida
Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar

Carlos Frederico de Oliveira Pereira
Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão

Péricles Aurélio Lima de Queiroz
Corregedor-Geral

Berta Martha Wernik
Chefe de Gabinete

Pedro Alberto da Silva Alvarenga
Diretor-Geral

MPM notícias

Informativo do Ministério Público Militar
Publicação de circulação dirigida, editada pela Assessoria de Comunicação Institucional do Gabinete da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Jornalista
Solange Pereira Pinto
DRT/4781/14/80/DF

Editoração
Felipe Cruzen Godinho

Endereço: SAUS Quadra 3
Bloco J - 70.070-925 - Brasília- DF
Internet: www.mpm.gov.br
E-mail: ascom@mpm.gov.br
Tel.: (61) 313.6108/6107
Fax: (61) 321.7317.



Visitas Protocolares & Cerimônias públicas

A Procuradora-Geral, Marisa Cauduro, representou o Ministério Público Militar nas poses:

General-de-Exército Guilherme Valdésio de Figueiredo no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar - STM. (10/07)

Novos Promotores de Justiça Adjuntos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. (05/07)

Gilmar Ferreira Mendes como Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF (20/06)

Promotor de Justiça José Eduardo Sabo Paes no cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. (14/06)



Mesa na posse do Dr. Eduardo.

Representaram o MPM, os subprocuradores-Gerais:

Kleber Coelho na solenidade de substituição da Bandeira Nacional, na Praça dos Três Poderes. (04/08)

Mário Sérgio Marques, em jantar diplomático na Embaixada da China. (30/07)

PJM inaugura sede em Porto Alegre

Finalmente concluída a obra da sede própria da Procuradoria da Justiça Militar em Porto Alegre, cuja inauguração contou com mais de 120 pessoas: autoridades civis e militares da região, representantes da AGU, do Governo de Estado, Desembargadores, Procuradores-Gerais, Subprocuradores-Gerais da República e da Justiça Militar, Magistrados, Promotores de Justiça Militar. Na cerimônia, realizada no dia 21 de agosto, a Procuradora-Geral da Justiça Militar Marisa Cauduro fez o discurso de abertura ressaltando: "Esta é a nossa casa! Aqui, consolidamos nossa filosofia de atuação, mostramos a força dos nossos ideais, realizamos os desígnios de justiça e jamais esquecemos do exato cumprimento do dever legal. O Ministério Público Militar é uma Instituição antiga, próxima de completar 82 anos, adequadamente organizada em todo o país. A melhoria das condições de trabalho, com a instalação em sede própria, constitui o complemento necessário para a execução das ações institucionais, em especial para as atividades extrajudiciais da Procuradoria, bem como melhor atendimento ao público e à sociedade".

Em seguida, Marisa Cauduro, condecorou o Subprocurador-



Marisa Cauduro, Maria Lúcia e Maria da Graça marcam a inauguração

Geral João Jayme Araújo, já aposentado, no grau de alta distinção, em reconhecimento por sua dedicação na carreira e entregou panóplias do Ministério Público Militar a Evaldo Kupski pela atuação precisa na execução da obra de edificação da sede, à Comissão Regional de Obras da 3ª Região Militar e ao tenente Alexandre Guella Fernandes pelo projeto arquitetônico e acompanhamento da obra. Também foi homenageada a servidora Débora Menezes Rehbein.

A anfitriã, Procuradora de Justiça Militar Maria Lúcia Wagner, também salientou a importância dessa conquista: "Esta sede própria representa para nós, membros e servidores do Ministério Público Militar lotados na capital gaúcha, antiga aspiração funcional, agora materializada e que, seguramente, traduz expressiva conquista alcançada após difíceis restrições materiais. Essa superação enaltece os valores institucionais de independência e autonomia que impulsionaram, ao longo dos anos, a vigorosa busca por instalações compatíveis com a expansão das nobres ações ministeriais desempenhadas".



Entrada principal da nova sede do ministério público militar de Porto Alegre.